

# O caso Janaína Aparecida Quirino: uma análise interseccional sobre poder estatal e violências institucionalizadas

Fabiana Gil de Pádua (aluna-autora), Ana Gabriela Mendes Braga (orientadora), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCHS/UNESP), Unidade de Franca (SP), Graduação em Direito, [fabiana.padua@unesp.br](mailto:fabiana.padua@unesp.br).

Palavras Chave: estudo de caso, interseccionalidade, sistema de justiça.

## Introdução

Em 2017, no Município de Mococa, interior do Estado de São Paulo, o Ministério Público formalizou um pedido judicial - autos nº 1001521-57.2017.8.26.0360 - para que fosse realizada uma cirurgia de laqueadura tubária em Janaína Aparecida Quirino. Janaína é uma mulher negra, pobre, em situação de rua, mãe, que, de forma forçada, foi submetida a esse procedimento de esterilização de caráter excepcional e irreversível. Por ser mãe de cinco filhos e por, em tese, colocá-los em risco em razão do uso de álcool e outras drogas, pessoas que trabalhavam nos órgãos de saúde e de assistência social municipal recomendaram a realização de laqueadura como método contraceptivo. Mas, como Janaína se negou a autorizar este procedimento, um dos promotores da cidade decidiu mover ação judicial para conseguir o feito. Este caso veio a público em 9 de junho de 2018, em uma coluna de autoria de Oscar Vilhena Vieira, no Jornal Folha de São Paulo. Depois, a notícia apareceu em diversos veículos de comunicação e também foram feitas reportagens, denunciando o caráter violatório da realização da esterilização sem o consentimento expresso da mulher, bem como apontando diversas ilegalidades e inconstitucionalidades ao longo do processo.

## Objetivo

O objetivo desse trabalho foi entender quais argumentos e linhas de raciocínio foram mobilizadas para justificar e embasar o pedido de esterilização compulsória. A partir disso, os objetivos específicos foram: compreender como as hierarquias de raça, gênero e classe foram operadas no caso e em seus elementos processuais; entender de que modo o dispositivo do corpo foi utilizado ao longo dos discursos no processo; e, por fim, pensar o caso a partir da teoria interseccional e da epistemologia feminista negra.

## Material e Métodos

A pesquisa se moldou sob o formato de um estudo de caso, em que buscamos compreender o que motivou o ocorrido. Nesse sentido, utilizamos o método da análise de conteúdo do material levantado, procurando observar tanto seu conteúdo explícito quanto aquele presente nas entrelinhas dos documentos.

## Resultados e Discussão

A partir da leitura e da análise dos argumentos utilizados pelo juiz e pelo promotor, foi possível ver que Janaína não exercia a maternidade à maneira considerada ideal ou adequada na visão dos personagens do sistema de justiça, o que foi utilizado para justificar tamanha intervenção do Estado em seu corpo e em sua vida. Recorreu-se também ao direito à saúde e ao direito à vida para defender a esterilização compulsória, que foi considerada, nesse caso, como um “tratamento” e como “último recurso que lhe restava”. Apesar de o planejamento familiar e a autonomia sobre o próprio corpo integrarem o grupo dos chamados “direitos das mulheres”, não se dirigem a todas elas, mas às “mulheres normativas”<sup>1</sup>, conceito ligado a uma noção de mulher abstraída da realidade, construída e fomentada pelo discurso jurídico.

## Conclusão

Janaína foi tida como uma mulher com estilo de vida e comportamento distantes do que estaria ligado à maternidade ideal e, por isso, acabou na mira do poder estatal, o qual, na maioria das vezes, aparece na vida das pessoas marginalizadas, discriminadas e excluídas, não sob a forma de garantia de direitos, mas sob a forma de punição, imposição, criminalização. Ademais, foi tratada não como sujeito, mas como objeto a ser manipulado para atender interesses ligados às dinâmicas heteropatriarcais, racistas e capitalistas, que interseccionadas, produzem violências e impõem seu controle aos corpos que fogem à norma.

## Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Ana Gabriela Mendes Braga, pela confiança e por desenvolver essa pesquisa junto comigo, e a todas e todos que compõem o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Aprisionamentos e Liberdades (NEPAL), pela construção conjunta, baseada em leituras, dicas, recomendações e críticas sempre construtivas.

<sup>1</sup> COSTA, Malena. El Pensamiento Jurídico feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas*, n. 02, 2º Semestre de 2014.